

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA  
  
CLASSE DE LETRAS

---

**Recordando Adam Smith**  
nos 250 anos da *Riqueza das Nações* (1776)

JOSÉ LUÍS CARDOSO

---



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA**

LISBOA • 2026

*Título:* Recordando Adam Smith nos  
250 anos da *Riqueza das Nações* (1776)  
*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa  
*Data de edição:* 2026  
*DOI:* <https://doi.org/10.58164/yhjm-ew59>

# Recordando Adam Smith nos 250 anos da *Riqueza das Nações* (1776)

JOSÉ LUÍS CARDOSO<sup>1</sup>

Celebra-se em 2026 o V jubileu da publicação da *Riqueza das Nações* de Adam Smith (1723–1790). Este é um livro que preenche os requisitos de grandeza, abrangência, renovação e transformação do conhecimento que poucas obras, no âmbito das ciências humanas e sociais, lograram obter. Sem sombra de qualquer dúvida, é um dos livros mais marcantes na história da cultura europeia e universal de todos os tempos. Por ocasião dos 250 anos da sua publicação, recordam-se neste texto os principais atributos e significados da *Riqueza das Nações*, assim como do pensamento inovador do seu autor.

## 1. BREVE APONTAMENTO BIOGRÁFICO

Adam Smith nasceu em 1723 na pequena cidade de Kirkcaldy, no norte da Escócia. Ficou muito cedo órfão de pai, acontecimento que viria, naturalmente, a originar uma forte presença da mãe e dos tutores familiares na sua formação e aprendizagem.

Os biógrafos de Smith são unânimes em considerar que lhe foi proporcionada educação emocionalmente estável e intelectualmente segura. A aquisição de princípios de justiça e benevolência e de hábitos de frugalidade e disciplina, foram preocupações constantes que incutiram no jovem Adam o interesse por matérias do domínio da filosofia moral. Na fase inicial da sua vida revelou algumas distrações que tornariam comum e proverbial a imagem que por vezes transmitia de estar afastado da vida real, sinais de um comportamento público revelador de esquecimento e ausência.

Entre 1737 e 1740 frequentou a Universidade de Glasgow, estudando grego, matemática, filosofia natural, lógica e filosofia moral. Apesar de não ter obtido nenhum grau académico, a estadia em Glasgow possibilitou o contacto e a

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

influência marcante de Francis Hutcheson, indiscutivelmente considerado como o principal impulsionador do Iluminismo escocês. Foi também este o momento de aprendizagem da física de Newton.

Ainda no ano de 1740 obteve uma bolsa para frequentar a Universidade de Oxford, no Balliol College. Aí permaneceu cerca de 7 anos, dedicando-se ao estudo de matérias no âmbito da filosofia moral, direito, latim, grego e literatura. Aqui fez o primeiro contacto e conhecimento com a obra de David Hume, *Treatise on Human Nature*, publicado em 1740. A sua correspondência da época, e também algumas revelações que mais tarde viria a fazer num capítulo da *Riqueza das Nações* dedicado ao tema das despesas públicas em educação, demonstraram a sua atitude muito crítica em relação à pouca ou nula atividade dos professores da Universidade de Oxford. O seu trabalho como estudante deveu muito ao seu autodidatismo e à clara opção em trilhar uma carreira académica.

Em 1747 regressou à casa materna em Kirkcaldy, onde permaneceu cerca de 2 anos, antes de partir para Edimburgo (a convite de Lord Kames) para exercer a sua primeira atividade como professor universitário, proferindo lições sobre retórica, história da filosofia, direito e jurisprudência. A sua presença neste importante centro do iluminismo escocês entre 1748 e 1751, permitiu ainda o reforço dos contactos pessoais e profissionais com David Hume, uma das mais brilhantes figuras do pensamento da Luzes e uma das mais fortes influências que Smith recebeu e procurou. Datam deste período os textos que viriam a ser mais tarde publicados com o título de *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, e também o seu célebre ensaio sobre a *History of Astronomy* (publicado postumamente nos *Essays on Philosophical Subjects*) bem revelador da marca newtoniana no seu pensamento.

Smith instalou-se em 1751 na Universidade de Glasgow como professor titular de uma cátedra, o que significou a obtenção de estabilidade académica que se prolongou até 1764. Iniciou funções na cátedra de lógica, durante cerca de um ano, mas a partir de 1752 passou a ensinar na área de sua preferência que era a da filosofia moral. A diversidade de temas abrangidos pela conceção iluminista da filosofia moral (retórica, ética, direito natural, jurisprudência, economia), levaram Smith a abordar neste período muitos dos temas que proporcionaram a sua posterior celebridade. Com efeito, datam do final deste período passado em Glasgow (1762–1764) as célebres *Lectures on Jurisprudence*, que se mantiveram inéditas até final do século XIX. Nelas se observam os primeiros sinais de uma abordagem mais tarde aprofundada na *Riqueza das Nações*.

Mas a sua atividade mais importante deste período foi a escrita e publicação, no ano de 1759, de *The Theory of Moral Sentiments* (*Teoria dos Sentimentos Morais*). Esta obra constitui um marco de reflexão analítica no domínio da filosofia moral, revelando as capacidades e dotes intelectuais de Adam Smith neste domínio e, sobretudo, tornando-o uma figura conhecida e incontornável no ambiente universitário escocês. Adam Smith passou a ser uma referência obrigatória e a sua obra foi amplamente lida e discutida nos principais centros de difusão do pensamento filosófico da Europa das Luzes. Destacarei mais adiante o significado da *Teoria dos Sentimentos Morais* no quadro geral da obra legada por Smith.

Para além da fama, a publicação deste volume trouxe-lhe também um grande proveito, já que foi graças ao impacto público do livro que Adam Smith viu reconhecido o seu valor intelectual e foi contratado pelo Chanceler do Tesouro, Charles Townshend, para exercer as funções de tutor do seu enteado, o jovem 3.º Duque de Buccleuch. Aos 18 anos de idade, era suposto que um membro da elite aristocrática com pretensões ao exercício de cargos públicos tivesse uma esmerada educação, aprendesse com os melhores mestres, viajasse, conhecesse os centros difusores do conhecimento científico, das artes e das letras.

Graças a esse cargo principescamente contratado, Smith pôde viajar pela Europa entre os anos de 1765 e 1766 (sobretudo pela França e Suíça), conheceu os principais núcleos de produção intelectual, privou com autores marcantes como Voltaire, Rousseau e os fisiocratas, penetrou nalguns salões de Paris e, não fora a sua pesada tendência para a misantropia e o isolamento público, teria tido bastantes oportunidades para participar na intensa vida política e social parisiense deste período. A morte súbita de um irmão do Duque de Buccleuch obrigou ao cancelamento da viagem e da tutoria. Mas Smith tinha já amealhado e garantido um rendimento suficientemente folgado para lhe permitir passar a dedicar-se em exclusivo à preparação e escrita da *Riqueza das Nações*. Foi o que fez quando em 1767 regressou à casa materna de Kirkcaldy, trabalhando incessantemente na sua obra-prima até 1773.

Os cuidados na publicação da *Riqueza das Nações* prolongaram-se durante três anos adicionais, instalando-se Smith em Londres para acompanhar de perto o processo editorial de revisão e acabamento do livro. Na fase final, tudo indica que Smith tenha deliberada ou involuntariamente provocado algum atraso na

publicação, devido à complexa situação das colónias americanas e à necessidade de tomar partido sobre o processo independentista em curso.

O ano de 1776 viria a ser um ano de muitos e decisivos acontecimentos com implicações diretas em Smith, mas com significados de dimensão universal. Em março sai dos prelos a *Riqueza das Nações*. Em julho dá-se a independência americana. Em agosto morre David Hume, muito amigo de Smith, grande e entusiasta apoiante da publicação do seu livro e que soube antecipar o sucesso que efetivamente viria a ter.

O impacto da obra foi grande e imediato. Mas Smith parecia agora querer sossegar e regressar à sua Escócia natal. Entre 1777 e 1790, ano da sua morte, exerceu o cargo de Comissário das Alfândegas de Edimburgo. Aquele que a posteridade viria a consagrar como um dos mais acérrimos defensores e paladinos da liberdade de comércio interno e externo, terminava os seus dias vítima de uma tremenda ironia do destino, simbolicamente preso a um cargo que, aparentemente, não seria feito à dimensão do seu pensamento.

## 2. A TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS: DA FILOSOFIA MORAL À ECONOMIA POLÍTICA

O peso e a responsabilidade da cátedra de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow levaram Adam Smith a cumprir uma exigência autoimposta a quem exercia com escrupulo funções de docência: publicar um livro que traduzisse o seu pensamento próprio sobre as matérias que ensinava. A *Teoria dos Sentimentos Morais* constitui, por conseguinte, a obra de anúncio e abertura de uma carreira de magistério universitário que se avizinhava fulgurante. Aos 36 anos, Adam Smith prosseguia a senda habitual dos pensadores preocupados com matérias relacionadas com a filosofia moral e a filosofia do direito natural, descrevendo as características da natureza humana para daí retirar ilações sobre o modelo ideal de funcionamento da sociedade civil. Apesar de seguir o trajeto já percorrido por autores como Locke, Grotius e Pufendorf, assim como pelos seus amigos e mentores Hutcheson e Hume, Adam Smith deixou uma marca de inovação no modo como analisou os sentimentos que definem a natureza humana e que moldam o homem para a vida em sociedade.

Não sendo este o livro que habitualmente constitui objeto central de análise do seu legado, é importante salientar que nele se procede a um enunciado de premissas filosóficas indispensáveis à compreensão da *Riqueza das Nações*, a obra magna que o celebrizou. A mensagem central transmitida é a de que o homem é naturalmente portador de um conjunto de sentimentos morais (prudência, justiça, gentileza, generosidade, bondade, benevolência, simpatia) de cuja interação resulta a felicidade coletiva e a harmonia da sociedade.

Entre tais sentimentos, a *sympathy*-empatia surge como o principal e determinante sentimento moral. Significa o apreço pelos demais, o julgamento moral de aprovação ou desaprovação do comportamento próprio e alheio “com base na noção de que a natureza, ao formar o homem para a sociedade, dotou-o de um desejo original de agradecer e de uma aversão original a ofender os seus irmãos” (TSM, cap. 1, p. 50).

A noção de *sympathy*-empatia traduz também uma ideia de sentimento de proximidade (*fellow feeling*). Através deste conceito, Smith introduz uma das mais poderosas inovações nos quadros de raciocínio da filosofia moral, a qual consiste em afirmar a importância da consciência individual da partilha de sentimentos de terceiros. Cada ator ou agente é também espectador de si próprio, adquirindo por isso o estatuto de *espectador imparcial*, alguém capacitado para julgar os seus próprios atos mediante uma operação de transferência em que procura avaliar o impacto que esses atos poderão provocar em terceiros.

Deste modo, Smith revela a natureza intrinsecamente sociável do homem. E revela também que existe uma permanente busca de moralidade na ordem social, demonstrando a sua oposição à ideia de que a utilidade pudesse constituir explicação fundamental sobre a origem das regras morais do comportamento humano. Quais as implicações desta obra para a formação global do pensamento de Smith e, muito em especial, para a configuração do seu pensamento económico?

A *Teoria dos Sentimentos Morais* começa por ser uma demonstração inequívoca de que toda a ação humana, incluindo obviamente a ação económica, está sujeita à adoção de regras e normas sociais de comportamento. Daí decorre o estabelecimento de relações de solidariedade e de interdependência, expressas em quadros éticos de referência e em códigos de legislação. Deste modo, a vida económica e social fica impregnada de um sentido de responsabilidade, de altruísmo e de justiça. Os sentimentos morais que formam a natureza humana, entre os quais se

agiganta a empatia, constituem elemento inamovível que baliza o processo de satisfação de necessidades económicas onde é porventura legítimo afirmar a intencionalidade da busca do interesse próprio. Segundo as palavras de Adam Smith:

Por muito egoísta que qualquer homem possa ser, existem certamente alguns princípios na sua natureza que o fazem interessar-se pelo destino de outros homens, cuja felicidade se torna necessária para ele, apesar de daí apenas retirar o prazer de a observar (*TSM*, cap.1, p. 47).

Esta noção suscitou, por vezes, a interpretação de uma possível contradição entre as duas principais obras de Smith, no que se refere à definição e caracterização da natureza humana: enquanto na *Teoria dos Sentimentos Morais* o homem surge dotado de um sentido de altruísmo e de responsabilidade social, movido pela empatia e pela imparcialidade dos seus atos, na *Riqueza das Nações* o homem é sobretudo descrito através da busca egoísta do interesse próprio, da luta pela realização de fins de satisfação individual.

Trata-se de uma contradição aparente que não pode fazer ignorar a convergência de pontos de vista expressos nas duas obras. Para Smith, o comportamento dos agentes económicos é indiscutivelmente marcado pela busca de satisfação de interesses individuais. Mas tal facto pressupõe a consideração prévia de que isso é feito mediante a aceitação de um conjunto de normas e valores que enquadram a ação humana. Ou seja, antes de ser um agente económico, o homem é um ser social dotado de sentimentos de respeito, solidariedade, empatia, que fazem com que o mercado não seja um lugar de confronto e conflito, mas sim um espaço de harmonia e equilíbrio.

Resumindo, a *Teoria dos Sentimentos Morais* constitui a indispensável antecâmara filosófica que prepara o leitor para uma aprendizagem do funcionamento da vida económica. A melhor prova de que não é contraponto alternativo à *Riqueza das Nações* reside no próprio testemunho de Smith que dedicou os seus últimos esforços intelectuais, no ano da sua morte, à preparação de uma nova edição da obra que, em 1759, o galardoou com justa fama e merecido prestígio.

### 3. A RIQUEZA DAS NAÇÕES: UM DOS LIVROS QUE MUDARAM O MUNDO

Na obra que lhe garantiu absoluta celebridade, como o próprio título completo indica, Smith procede a *Um Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, nele cabendo uma variedade de assuntos relacionados com o processo de formação e distribuição da riqueza, seus fatores, consequências e enquadramento histórico. Vale a pena olhar mais de perto para a estrutura global da obra, para que mais nitidamente se compreenda o seu alcance e significado. *A Riqueza das Nações* está dividida em 5 livros, termo comum então usado para designar cada uma das partes constitutivas de uma obra ou tratado.

O Livro I, com o longo título de “Das causas de melhoria da capacidade produtiva do trabalho, e da ordem segundo a qual o seu produto é naturalmente distribuído entre as diferentes classes de cidadãos”, aborda matérias habitualmente classificadas como teorias do valor e da distribuição. Para além da análise das parcelas distributivas da riqueza (rendas, salários e lucros) que correspondem à remuneração dos respetivos fatores que intervêm no processo produtivo (terra, trabalho e capital), Smith analisa os fundamentos da determinação do preço e do equilíbrio no mercado. Ainda que a designação não exista na época de publicação da *Riqueza das Nações*, este Livro I corresponde ao que hoje poderíamos chamar de microeconomia, dada a atenção prestada à descrição e análise dos processos de produção e de consumo e ao papel crucial desempenhado pelos mecanismos de mercado.

O Livro II intitula-se “Da natureza, acumulação e emprego do capital” e, por oposição ao anterior, poderia ser visto como a secção de macroeconomia da *Riqueza das Nações*. Após discorrer sobre a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, Smith propõe uma visão de longo prazo do processo de crescimento da riqueza das nações, salientando o papel da acumulação de capital e das suas aplicações produtivas.

O tema do crescimento económico está também presente no Livro III, desta vez para uma apresentação “Do diferente progresso da opulência nas diferentes nações”, onde Smith desenvolve a sua teoria dos estádios de desenvolvimento económico e sua sucessão ao longo do tempo. Trata de matérias classificáveis no domínio da história económica.

O Livro IV é dedicado aos “Sistemas de economia política” realizando Smith uma longa incursão no domínio da história do pensamento económico. Procede o autor a uma apreciação crítica das ideias e políticas económicas dos mercantilistas e dos fisiocratas, procurando acentuar a superioridade do seu sistema de economia política.

Finalmente, o Livro V, intitulado “Do rendimento do soberano ou riqueza pública”, discute minuciosamente a natureza e tipos de despesa e receita do Estado; ou seja, é a secção da *Riqueza das Nações* que modernamente poderíamos classificar como compêndio de finanças públicas e administração do Estado.

Microeconomia, macroeconomia, história económica, história do pensamento económico e finanças públicas: esta a proposta de classificação moderna das 5 secções em que se divide a *Riqueza das Nações* e que bem demonstram a diversidade de assuntos contemplados. Para além da diversidade temática, importa também assinalar quer a profusão de informação histórica relativa a economias de diferentes espaços geográficos, quer a minúcia descritiva de acontecimentos e atividades da vida económica, monetária e financeira. Por estas razões, a *Riqueza das Nações* é uma fonte inesgotável que nunca deixa de suscitar comentários, aprofundamentos e debates sobre qualquer um dos múltiplos temas que versa. Na impossibilidade de abranger a diversidade de assuntos contidos na *Riqueza das Nações*, procurarei seguidamente destacar o que julgo serem as suas contribuições mais interessantes e inovadoras.

#### a) *Alguns aspetos macroeconómicos*

No capítulo inicial da *Riqueza das Nações*, Smith fala-nos de uma fábrica de alfinetes para demonstrar as vantagens da divisão (técnica) do trabalho. Socorrendo-se de um exemplo em voga e popularizado na *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, Smith afirma que numa manufatura onde exista uma clara separação da(s) tarefa(s) executadas por cada trabalhador, o número de alfinetes produzidos é cerca de 240 vezes superior ao número produzido quando cada trabalhador individual se dedica a todas as 18 operações necessárias à produção de um alfinete (desde o desenrolar de um longo e fino arame até à embalagem dos alfinetes em pequenas carteiras).

Este “insignificante” exemplo, como lhe chama Smith, serve para ilustrar as três vantagens associadas à divisão do trabalho: em primeiro lugar, o aumento

da destreza individual, o aperfeiçoamento de capacidades e técnicas de trabalho como resultado de uma especialização de tarefas; em segundo lugar, a poupança do tempo necessário para produzir a mesma quantidade de produtos; e, em terceiro lugar, a possibilidade de invenção de máquinas, ou seja de introdução de inovações tecnológicas decorrentes de uma mais clara decomposição e identificação de tarefas que podem com proveito ser realizadas com recurso a instrumentos mecânicos.

Tudo isto equivale a dizer que a divisão do trabalho conduz a um “acréscimo do poder produtivo do trabalho”, em palavras atuais, origina ganhos de produtividade. É justamente este aumento da produtividade que, segundo Smith, é responsável pelo acréscimo da produção anual de uma nação. Ao falar da divisão do trabalho numa aceção técnica, Smith não esquece a sua dimensão social e económica, designadamente quando introduz a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. De acordo com as suas palavras:

Há um tipo de trabalho que eleva o valor do objeto a que é aplicado; há um outro que não produz tal efeito. Ao primeiro, porque origina um valor, pode chamar-se produtivo; ao segundo, trabalho improdutivo (RN, Livro II, cap. 3, p. 330).

Trata-se de uma distinção crucial no esquema de análise que Smith propõe para a análise do processo de acumulação de capital e de crescimento económico, ou seja, a dinâmica macroeconómica de longo prazo resultante da aplicação de uma parcela do rendimento anual que se destina a investimento. Deste modo, a parcela de rendimento que não é consumida na reposição das condições de produção do ano anterior, constitui uma poupança (ou “parcimónia”) que deverá ser preferencialmente aplicada no sector produtivo. A principal conclusão a reter é a de que o processo de acumulação se pode reproduzir incessantemente, em ritmo espiral, não existindo o risco de se atingir uma situação de estagnação de crescimento ou de estado estacionário. Os obstáculos eventualmente existentes são de natureza institucional, podendo ser removidos no médio e longo prazo, através daquilo que Smith designa de “mudança da legislação e dos costumes”. Smith não esconde a existência de tais obstáculos e admite que, em determinadas formas de organização social, as possibilidades de crescimento económico estejam consideravelmente limitadas. Todavia, esse alerta significa também um apelo

às indispensáveis reformas políticas, de acordo com o princípio básico de que o estado estacionário não é um problema para economias de mercado dinâmicas e com apropriadas leis e instituições.

b) *Alguns aspetos microeconómicos*

Há pouco referi o capítulo de abertura da *Riqueza das Nações*, dedicado à divisão do trabalho. Prosseguindo a leitura do Livro I, somos introduzidos nalguns dos temas mais emblemáticos e mais significativos da obra de Smith. Desde logo, a noção de que a divisão do trabalho não é algo que depende de uma decisão deliberada e racional, mas antes o resultado da propensão da natureza humana para a troca, tendo em vista a satisfação do interesse próprio. É neste contexto explicativo que surge uma das mais famosas e citadas expressões de Smith, a propósito do modo como o interesse individual determina os atos de troca (compra e venda de bens e serviços) que justificam o fenómeno da divisão técnica e social do trabalho:

Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu amor-próprio/*self-love*/, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das suas vantagens (RN, Livro I, cap.2, p. 27).

Seguidamente, introduz a noção de que a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado, ou seja, que só compensa aumentar a produção de bens se estiverem criadas as condições para a sua comercialização no mercado. Este argumento funciona, simultaneamente, como elemento de denúncia dos obstáculos que impediam a livre circulação de produtos, e como elemento de incentivo à prossecução de políticas de liberalização económica, tanto no plano interno como no plano externo.

E se a importância do mercado se consubstancia no acréscimo da divisão do trabalho e no conseqüente aumento da produção e do volume das trocas, surge inevitavelmente o problema de saber como é que tais trocas são efetuadas, ou seja, quais são os critérios que determinam as relações de equivalência entre produtos transacionados no mercado. Assim se introduz a necessidade de desenvolvimento de uma teoria do valor e dos preços.

De um modo simplificado, poder-se-á considerar que Adam Smith desenvolve uma teoria do valor baseada no conceito de “trabalho comandado”, ou seja, que o valor de uma determinada mercadoria equivale à quantidade de outra(s) mercadoria(s) que em troca dela se obtêm. Equivale, por isso, ao poder de compra gerado pela posse inicial de um dado bem. A partir desta noção, e uma vez ultrapassado o “estado rude e primitivo de sociedade” em que o trabalho é o único fator produtivo — porque o capital não existe e a terra é um bem livre —, Smith explica o valor e o preço como contabilização dos custos de produção que correspondem à remuneração dos fatores produtivos terra (renda), trabalho (salário) e capital (lucro). A teoria do valor é, portanto, indissociável de uma teoria da distribuição do valor criado; e ambas convivem e contribuem para a explicação da formação do preço, que é justamente o elemento mais visível e palpável que resulta das relações que os homens estabelecem no mercado.

Em toda esta explicação, existe uma conceptualização inovadora que incide na distinção que Smith estabelece entre preço natural e preço de mercado. O preço natural de um bem corresponde ao somatório das remunerações dos fatores às suas taxas naturais e históricas, isto é, as taxas em vigor num determinado momento para remuneração do uso da terra, do desgaste do trabalho e do emprego do capital. O preço de mercado, corresponde ao preço a que o bem é efetivamente comprado/vendido no mercado. O relevo da distinção reside no modo como Smith analisa as flutuações do preço de mercado em relação ao preço natural.

Quando a quantidade de qualquer bem que é posta no mercado é inferior à procura efetiva, não é possível oferecer a quantidade desejada a todos os que estão dispostos a pagar o valor total da renda, dos salários e do lucro que foi necessário despende a fim de trazer o bem até ao mercado. Para poderem ficar com a quantidade desejada, alguns estarão dispostos a pagar mais. Entrarão imediatamente em competição uns com os outros, e o preço de mercado elevar-se-á, mais ou menos, acima do preço natural, consoante o grau de carência do bem e a riqueza e o luxo desenfreado dos competidores animarem mais ou menos a ânsia da competição (*RN*, Livro I, cap. 7, pp. 73-74).

Na sua aparente simplicidade, esta frase encerra uma das mais brilhantes e duradouras análises sobre a lógica inerente ao funcionamento do mercado. A

fixação do preço de mercado depende da atuação dos agentes económicos do lado da oferta e da procura. Sem recorrer a gráficos ou fórmulas matemáticas, Smith explica o raciocínio elementar ao alcance de qualquer aprendiz de economista. Mas o alcance da sua análise vai bastante mais longe, explicando que, se o preço de mercado de determinados bens sobe, haverá um efeito de atração, com a correspondente deslocação da atividade económica para a produção desses bens, o que originará um acréscimo da oferta em relação à procura e a consequente diminuição do preço de mercado.

Em conclusão, Smith considera que o preço de mercado gravita em torno do preço natural, podendo momentaneamente estar acima ou abaixo dele, mas tendendo para ele no longo prazo. O preço natural é, por isso, o preço de oferta de longo prazo que se mantém como preço de referência de um dado bem. O brilhantismo de Smith consiste nesta descoberta de que, atuando no mercado, em busca da satisfação dos seus próprios interesses, os agentes económicos garantem automática e espontaneamente situações de equilíbrio que correspondem à plena satisfação dos interesses da comunidade.

De uma assentada, Smith resolve o problema da determinação do preço de equilíbrio, mas também o problema do equilíbrio entre a esfera individual e a esfera coletiva, entre o interesse próprio e o bem-estar geral, entre os vícios privados e as públicas virtudes, em suma, o problema da harmonia na relação indivíduo-sociedade. A solução para tal problema tinha sido ensaiada por diferentes vias, designadamente através da intervenção divina (a mão de Deus) ou da intervenção política (a mão do Estado). Para Smith, a solução estava nos mecanismos automáticos espontâneos do mercado (a mão invisível).

Cada indivíduo trabalha, necessariamente, para que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível. Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe até que ponto o está a promover. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, só está a pensar na sua própria segurança; e ao dirigir essa indústria de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está a pensar no seu próprio ganho, e, neste como em muitos outros casos, está a ser guiado por uma **mão invisível** a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções (*RN*, Livro IV, cap. 2, p. 456).

Esta é a única passagem da *Riqueza das Nações* em que aparece explicitamente referido o conceito de mão invisível. Trata-se de um artifício de retórica, de um embelezamento literário que ajuda a explicar aquilo que Smith tinha analiticamente exposto ao discorrer sobre o modo como o preço de mercado gravita em torno do preço natural. Com essa explicação, Smith dava um passo decisivo na construção do seu sistema de economia política, na autonomização de uma ciência que explica o funcionamento da realidade económica através de conceitos e recursos operatórios próprios. O mercado triunfava, não apenas como espaço e instituição de realização dos interesses individuais e do equilíbrio social dos interesses, mas também como conceito explicativo fundamental para a compreensão do funcionamento da vida económica.

c) *A ordem do mercado, o papel do Estado e o sistema de finanças públicas*

O facto de Adam Smith ter instituído o mercado com os atributos acima descritos não significa que não existisse a necessidade de algum tipo de intervenção pública, estatal, destinada a corrigir anomalias que porventura se verificassem. Não há dúvida que o sentido primordial das reflexões do autor da *Riqueza das Nações* — escrevendo numa época em que a libertação dos agentes económicos individuais da dominação e tutela exercida pelo Estado tinha gritante atualidade — procura valorizar e acentuar a relevância do mercado, combatendo o discurso mercantilista de forte pendor regulador e estatizante.

Todavia, à semelhança do que já escrevera na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith não deixa de destacar que a conjugação de múltiplas vontades humanas individuais, bem como o respeito por normas de sociabilidade e regras de conduta, exigiam e legitimavam a existência de instituições para esse efeito desenhadas, sob a égide do Estado. Para Adam Smith, o Estado deveria exercer três funções essenciais.

Em primeiro lugar, a função de *justiça*, no quadro de um regime de separação de poderes e do funcionamento de um sistema de garantias. O cumprimento escrupuloso da lei, o julgamento de prevaricadores e a consequente aplicação de sanções, eram matérias que competia aos poderes públicos salvaguardar. Em segundo lugar, a função de *defesa*, quer perante perturbações à ordem interna estabelecida, quer face a ameaças provenientes do exterior. Por isso competiria ao Estado a formação de um exército permanente. Em terceiro e último lugar, a

realização de *obras públicas* e, num sentido mais lato, a garantia de oferta de bens públicos (tais como a educação) que não pudessem ser proporcionados através do mercado. A criação de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento das atividades de produção e consumo era matéria sobre a qual Smith não hesitava em reconhecer as vantagens de uma forte presença do Estado.

De um modo geral, o tom prevalecente na *Riqueza das Nações* é o de que o Estado deveria apostar na promoção de políticas económicas reformistas, em benefício do fortalecimento da liberdade económica e da eliminação dos obstáculos remanescentes. Porém, os leitores ávidos em descobrir contradições no pensamento de Adam Smith não deixarão de encontrar inúmeras referências que ilustram a extensão do leque de exceções ao princípio da não-intervenção, tais como: regras e formas de controlo da emissão monetária, fixação das taxas de juro, concessão de privilégios de novo invento para premiar inovações tecnológicas e sectores exportadores, e arbítrio na publicação de pautas aduaneiras.

Para financiar as suas diversas atividades o Estado tinha que cobrar impostos. As regras e orientações sobre matérias fiscais são outro campo fértil em contribuições originais, valendo a pena recordar os princípios que, segundo Smith, deveriam nortear o processo de cobrança de impostos. Tais princípios eram os seguintes:

– *Igualdade*, que não pretendia estabelecer que os impostos deviam ser iguais para todos, mas antes que deviam ser pagos em função das capacidades dos contribuintes. A proporcionalidade, em relação ao rendimento coletável, e a progressividade do imposto, através da diferenciação das respetivas taxas consoante os escalões de rendimento, deveriam ser princípios básicos a respeitar.

– *Certeza*, que significava o conhecimento antecipado do montante a pagar e do prazo de pagamento, de modo a evitar e a prevenir a prática abusiva de cobranças não previstas e de lançamentos extraordinários de novos impostos.

– *Conveniência*, ou seja, permitir a possibilidade de contratualização dos prazos e formas de pagamento, de modo a atender às vantagens dos contribuintes.

– *Economia*, ou ganhos de eficiência obtidos quer através da racionalização da administração fiscal, quer através da isenção fiscal das camadas sociais de baixos rendimentos.

Ao debruçar-se sobre estas matérias, Adam Smith demonstrou uma preocupação em regulamentar a situação caótica dos sistemas de finanças públicas das sociedades de antigo regime. Mas é inegável que também testemunhou uma visão prospetiva que nos revela a atualidade e a perenidade do seu pensamento.

#### 4. A IMPORTÂNCIA DA RIQUEZA DAS NAÇÕES NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO

Desta apresentação das características centrais da *Riqueza das Nações*, que balanço fazer, que conclusões importa extrair? Quais as razões que fazem desta obra um dos livros que mudaram o mundo?

A publicação da *Riqueza das Nações* ocorreu num momento decisivo da emergência da economia política como ciência autónoma, possibilitando o reconhecimento do papel fulcral e fundador que habitualmente lhe é imputado. Adam Smith não esteve sozinho nesse ato de fundação. A sua obra não surge do vazio e deve ser vista como um ponto de chegada e um fator de convergência.

Com efeito, a *Riqueza das Nações* constitui uma súpula e integração de diversas contribuições analíticas e doutrinárias proporcionadas por outros autores e pelo próprio Adam Smith. Nos finais do século XVII e nos três primeiros quartéis do século XVIII, muitos foram os autores que fizeram contribuições originais mais tarde sistematizadas e usadas por Smith, nomeadamente: William Petty, Pierre de Boisguilbert, Richard Cantillon, David Hume, James Steuart, Ferdinando Galiani, François Quesnay e seus discípulos fisiocratas, Vincent de Gournay, François de Forbonnais e tantos outros escritores sobre temas económicos.

Em muitos dos escritos assimilados e incorporados por Smith, existia já o tratamento de um tópico que bem caracteriza o pensamento económico do século XVIII, mas ao qual Smith confiou superior enquadramento e profundidade: a sistematização das relações entre filosofia natural, direito natural, economia política e ciência da governação. Esta perspetiva confiou à economia política o estatuto de ciência da modernidade, um corpo sistemático e coerente de princípios e leis que ajudam a compreender o modo como a riqueza é produzida e distribuída, os fatores e obstáculos ao seu crescimento ao longo do tempo.

Mas o grande mérito de Adam Smith, nesta perspectiva de transmitir coerência ao legado por si herdado, foi o de criar as condições para uma efetiva autonomização disciplinar da esfera económica, através da consideração do mercado como mecanismo/instituição central na articulação entre indivíduo e sociedade.

A *Riqueza das Nações* foi um ponto de chegada, mas também constituiu um ponto de partida, afirmando-se como referência central e obrigatória para os desenvolvimentos da ciência económica nascente. A chamada escola clássica da economia política, particularmente ativa na primeira metade do século XIX e onde pontificaram autores como Thomas Malthus, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Nassau Senior, John McCulloch, John Stuart Mill e (com algum distanciamento crítico) Karl Marx, foi claramente tributária da herança smithiana. Os grandes temas da escola clássica — abordados através das teorias do valor, distribuição, acumulação e crescimento — resultaram de prolongamentos diretos ou de desenvolvimentos críticos de tópicos introduzidos por Smith.

A *Riqueza das Nações* galgou fronteiras e foi rapidamente traduzida em diversas línguas, possibilitando-se assim uma ampla difusão da sua mensagem de modernidade. Os defensores dos ideais de liberalismo económico fizeram de Smith uma bandeira e da *Riqueza das Nações* um registo de autoridade. A disseminação da obra de Smith em Portugal foi disso exemplo, especialmente no contexto da crise do sistema de protecionismo económico abalado pela abertura dos portos do Brasil (1808) e pela celebração do tratado de amizade e comércio com a Inglaterra (1810).

Para além da repercussão havida no período imediatamente após a sua publicação, a *Riqueza das Nações* continuou a exercer uma enorme atração e fascínio intelectual junto da generalidade de autores e escolas que foram contribuindo para a formação da ciência económica moderna. Pode mesmo arriscar-se o veredicto de que não há economista relevante que nos seus escritos não se orgulhe de ostentar referências ou citações à obra matricial que é, indiscutivelmente, a *Riqueza das Nações*.

A comprová-lo está ainda a constatação de que a obra de Adam Smith continua a suscitar novas leituras teóricas e analíticas, permanece como fonte de inspiração para novos avanços do conhecimento na ciência económica. Inevitavelmente, continua também o seu nome a ser reivindicado como referência ideológica e política,

sempre que está em causa a necessidade de valorizar a importância do mercado e dos valores do mercado na economia contemporânea.

Independentemente dos usos e abusos de que possa ser alvo, o certo é que poucas são as obras que merecem ser colocadas ao lado da *Riqueza das Nações*, na estante dourada dos livros que mais contribuíram para a formação da ciência económica contemporânea. Por isso, é hoje indiscutível que a *Riqueza das Nações* é um dos livros que mudaram o mundo.

COMUNICAÇÃO INICIAL APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 2023

VERSÃO FINAL RECEBIDA A 9 DE MARÇO DE 2026

## NOTA BIBLIOGRÁFICA

Uma versão preliminar deste texto foi inicialmente apresentada em junho de 2023 numa sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, por ocasião do tricentenário do nascimento de Adam Smith. O texto foi deliberadamente elaborado sem a preocupação de inclusão de notas e referências bibliográficas. As citações da *Teoria dos Sentimentos Morais* e da *Riqueza das Nações* foram por mim traduzidas a partir da edição da Oxford UP.

Para o leitor interessado em aprofundar o conhecimento da obra de Adam Smith, aqui ficam algumas sugestões de leitura.

### *a) Principais obras de Adam Smith*

SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Oxford: Oxford University Press, 1976. (Glasgow Edition). (Obra original publicada em 1759).

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. 2 vols. Oxford: Oxford University Press, 1976. (Glasgow Edition). (Obra original publicada em 1776. Tradução portuguesa: SMITH, Adam – *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução e notas de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981).

### *b) Sobre a vida e obra de Adam Smith*

LAI, Cheng-chung (ed.). *Adam Smith across nations: translations and receptions of "The Wealth of Nations"*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

- NORMAN, Jesse. *Adam Smith: what he thought and why it matters*. London: Penguin Books, 2018.
- RAPHAEL, D. D. *Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- ROSS, Ian Simpson. *The life of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- SKINNER, Andrew. *A system of social science: papers related to Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- SKINNER, Andrew; WILSON, Thomas (eds.). *Essays on Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- TRIBE, Keith; MIZUTA, Hiroshi (eds.). *A critical bibliography of Adam Smith*. London: Pickering & Chatto, 2002.